

GOVERNO ADOTOU DIÁLOGO DEMOCRÁTICO

Marcos de Oliveira



Invasões, problema que está sendo resolvido com a transferência das famílias

Poderoso ou não, ninguém escapa da Justiça do GDF

A Procuradoria Geral, no atual Governo, esteve na linha de frente de defesa do patrimônio público e de fiscalização dos atos da própria administração, conforme recomendações do governador José Aparecido. Assim foi quando surgiram questões como as dos loteamentos clandestinos e a da escolha dos novos administradores regionais, dentro dos quadros do GDF, recusando-se o Governador a nomear para aqueles cargos pessoas estranhas ao serviço público local.

O governador José Aparecido, procurando trazer para o Distrito Federal, o debate democrático, abriu o Governo à participação do povo, ao criar as Comissões de Inquérito, em geral com a inclusão de representantes de setores da oposição.

Esta é a visão que o procurador-geral Humberto Gomes de Barros tem do desempenho da atual administração no plano de aplicação das leis de uso do solo e da apuração das questões que chegaram ao Governo, ao longo desses quase três anos e meio, no Distrito Federal.

Na própria Procuradoria Geral houve tentativa de envolvimento de procuradores em negócios imobiliários. O governador designou uma Comissão na qual estavam representados inclusive os acusadores. Os membros da Procuradoria foram finalmente absolvidos — “sem que a imprensa tenha dado o mesmo tratamento dispensado às acusações”, observa o procurador-geral.

Manter o uso do solo dentro da lei que criou o Distrito Federal, onde todas as terras são públicas, pertencem ao Estado, foi uma das decisões mais incisivas do governador José Aparecido de

Oliveira e que criou resistência de grupos poderosos beneficiados com a concessão de áreas de maneira irregular. Do ponto de vista legal, essa polêmica gerou-se na Procuradoria Geral, antes mesmo de o Governador assumir. Como advogado, o procurador-geral conhecia a questão e, assumindo antes mesmo do governador, na equipe que formou o governo interino do ministro Ronaldo Costa Couto, criou um grupo de trabalho para estudar o problema. O governador José Aparecido não só endossou as decisões desse grupo, como determinou o fechamento dos loteamentos clandestinos e o retorno das terras ao controle do Governo.

Recentemente, essa questão foi reaberta, através de uma liminar, solicitada pela Ordem dos Advogados, concedida por um juiz de plantão, suspensa pelo Tribunal de Justiça do Estado e que teve sua suspensão levantada pelo Supremo Tribunal Federal. O STF, numa medida de prudência, deixou invasores de terras das Vilas Planalto e Paranoá onde estavam até que o recurso fosse julgado definitivamente naquela corte.

— Advogados da OAB, por uma atitude demagógica, reclamavam para as famílias de invasores, a lei de proteção aos animais. O juiz-substituto, sem examinar com maior profundidade e legislação específica sobre a matéria, concedeu a liminar. Ora, desumano é tratar essas famílias como animais, deixando-as em áreas onde não há condições humanas, sem recursos sanitários, expostas a doenças, e até a problemas de segurança — afirma o procurador-geral Humberto de Barros, que acompanhou a pendência.

Coordenar a execução de políticas emanadas do Governador, como a prática do diálogo para equacionamento de reivindicações, a contribuição para a formulação de uma estratégia para o grave problema da moradia e a vinculação indireta com as Secretarias Extraordinárias — Habitação, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e Reforma Administrativa — e direta como órgãos e assessorias especiais do Governo foram algumas das ações desempenhadas pelo Gabinete Civil, cujo titular, Guy de Almeida, foi até aqui o substituto do Governador em suas viagens ao exterior.

O Gabinete Civil tem duas Subchefias — que tratam dos assuntos intragovernamentais e administrativos. São a ele vinculados o ITA — Instituto de Tecnologia Alternativa; o Defer — Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação e as assessorias especiais da Terceira Idade e de Erosão, o Procon (defesa do consumidor) e a Ampla. — (Assessoria de Apoio às Associações de Moradores do Plano Piloto). Juntamente com a Secretaria de Governo, e apoiado na Assessoria Parlamentar, seguindo diretrizes do próprio Governador, desenvolve as relações do GDF com o Congresso Nacional e demais unidades da Federação.

— A experiência vivida, nesses 40 meses da atual Administração, foi extremamente rica, porque esse não foi um Governo que se acomodasse às situações

encontradas e que se limitasse meramente a dar continuidade à rotina. O governador José Aparecido, com seu temperamento e experiência, liderou o questionamento de várias situações. Brasília é uma cidade que deveria ter hoje 350 mil habitantes e abriga 1 milhão e 800 mil. Sua realidade mais íntima oferece desafios extraordinários para o administrador. O Governador colocou questões essenciais como a de transportes urbanos de massa, em que lançou as bases para um novo sistema; colocou a questão do Lago, com toda sua importância para Brasília, e resolveu enfrentar o grave problema de sua poluição; colocou a questão essencial dos loteamentos irregulares e deixa um programa de trabalho pronto, já com várias medidas executadas; lançou toda uma política de defesa do meio ambiente. Encontramos uma cidade que já tem esgotada sua vocação administrativa. A máquina administrativa passou a “inchar”, sem uma racionalidade definida.

O Chefe do Gabinete Civil cita o exemplo, recente, já na fase de transição do governo, de mais um êxito da estratégia do diálogo, quando foram superadas as greves da CAESB e da CEB. Nesses quase três anos e meio, principalmente a partir de outubro de 1985, quando o Governador encarregou o Gabinete Civil desses entendimentos, “o saldo foi favorável para o trabalhador, para o regime democrático e para o Governo”, segundo Guy de Almeida.